NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa 516 874 551 | Capital Social de 20.100 € | Inscrição na ORCC n.º 352 | Inscrição CMVM n.º 20220018 | Membro da ABC & Associados - SROC, ACE

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **TML – TRANSPORTES METROPOLITANOS DE LISBOA, E.M.T., S.A.,** (a "Entidade") que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 264.704.250,00 Euros e um total do capital próprio de 26.671.119,73 Euros, incluindo um resultado líquido de 65.431,42 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **TML – TRANSPORTES METROPOLITANOS DE LISBOA, E.M.T., S.A,** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

No exercício de 2024, na rubrica de subcontratos, foram reconhecidas estimativas relativas às Modificações Objetivas aos Contratos (MOCs) de serviço público de transporte rodoviário de passageiros da Carris Metropolitana, e os acertos trimestrais à remuneração, incluindo as respetivas bonificações e penalizações previstas contratualmente. Porém, essas estimativas foram com base na produção quilométrica estimada à data do Plano de Atividades e Orçamento de 2025-2028. Nesta data, as estimativas indicam que poderá estar a rúbrica de subcontratos, sobrevalorizada em cerca de 8,9 milhões de euros e consequentemente os subsídios à exploração sobrevalorizados no mesmo montante. Atendendo à variação material destas estimativas, face ao exercício anterior, e, como ainda não houve audiência prévia aos operadores da Carris Metropolitana, poderão estas estimativas virem a ser materialmente alteradas. Em resultado, não nos foi possível obter segurança razoável quanto à estimativa mais apropriada, pelo que não estamos em condições de nos pronunciarmos sobre a mensuração dos respetivos réditos, gastos, ativos e passivos relacionados com a operação da Carris Metropolitana.

A faturação da Entidade comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, via ficheiros SAF-T da faturação emitida, não tem uma reconciliação com as respetivas vendas e prestações de serviços contabilizadas. Para além da faturação, produzida internamente, a Entidade recebe faturação emitida por entidades externas que à data atual, não tem garantida a fiabilidade da informação, acrescido de que pode haver venda de títulos que permite a dispensa de emissão de fatura. Pelo exposto, não nos

foi possível por meios alternativos determinar a plenitude dos réditos contabilizados e os possíveis efeitos desta reconciliação.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Conforme referido na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, sobre o título "comparabilidade" apesar da consistência nas políticas contabilísticas adotadas, os montantes expressivos reconhecidos este ano relativos a exercícios anteriores afetam a comparabilidade das demonstrações financeiras entre os dois períodos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas

NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa 516 874 551 | Capital Social de 20.100 € | Inscrição na OROC n.º 352 | Inscrição CMVM n.º 20220018 | Membro da ABC & Associados - SROC, ACE

materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi

Calçada da Palma de Baixo, n.º 6 - Escritório – 1600-176 Lisboa | Tel.: (+351) 213 932 180 | E-mail: geral@mrg-sroc.com

NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa 516 874 551 | Capital Social de 20.100 € | Inscrição na OROC n.º 352 | Inscrição CMVM n.º 20220018 | Membro da ABC & Associados - SROC, ACE

preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 01 de abril de 2025

José Manuel Martins Gonçalves Roberto (ROC 1051), registado na CMVM com o nº 20160664, em representação da Roberto, Silva, Matos & Associados, SROC, Lda.

NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa 516 874 551 | Capital Social de 20.100 € | Inscrição na OROC n.º 352 | Inscrição CMVM n.º 20220018 | Membro da ABC & Associados - SRCC, ACE